

Brasil quer do Bird US\$ 2 bilhões. Mas só tem projetos para US\$ 371 milhões.

A missão técnica do Banco Mundial (Bird) que virá ao Brasil na próxima semana para discutir com o governo os projetos que comporão o programa de financiamento do banco para o ano fiscal julho 87/junho 88 deverá encontrar projetos que somam apenas US\$ 371,0 milhões, enquanto o País deseja financiamentos de US\$ 2,0 bilhões.

Os próprios técnicos da área econômica que usualmente negociam projetos com o Banco Mundial acreditam que na hipótese, altamente improvável, da aprovação de todas as propostas de financiamento em pauta, os financiamentos adicionais não ultrapassariam os US\$ 1,2 bilhão. No entanto, a obtenção de empréstimos no montante de US\$ 2,0 bilhões é essencial ao equilíbrio das contas do balanço de pagamentos.

O atraso na negociação dos projetos passíveis de obter financiamento do Banco Mundial foi uma das causas das divergências entre os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, na gestão do ministro João Sayad. Enquanto a Seplan argumentava que a demora da Fazenda em definir a política de reajustes tarifários constituía um obstáculo às negociações com o Bird, que exigia a garantia de um razoável nível de retorno dos investimentos em aplicações, sobretudo na siderurgia e na energia elétrica, a Fazenda reclamava do imobilismo do Planejamento.

Contudo a partir de 20 de fevereiro, com a decretação da moratória pelo Brasil, as negociações com o Banco Mundial praticamente foram suspensas, justamente no momento em que deveriam ser intensificadas, em decorrência da aproximação do prazo fatal de aprovação do novo orçamento de aplicações. Somente agora, com a ida do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, a Washington, foi acertada, com o presidente do Banco Barber Conable, a retomada das negociações, com a vinda de uma missão técnica ao Brasil.

Na opinião de técnicos do governo, é provável que, ao invés de recursos adicionais, o Brasil acabe transferindo mais recursos ao Banco Mundial do que estiver recebendo, ou seja, as remessas à conta de amortizações e juros (o Bird ficou de fora da moratória) seriam superiores à entrada líquida de recursos. Nessa hipótese, o País teria que reivindicar uma soma maior de **fresh money** dos bancos privados, acima dos US\$ 4,3 bilhões estimados.

Além de todos esses problemas, a extinção da Subin (Assessoria Internacional da Seplan) acabou deixando as instituições internacionais de crédito sem interlocutores oficiais no Brasil, nas três últimas semanas. É que a atribuição de lidar com essas instituições passou da Seplan para a Fazenda, mas este Ministério ainda não se organizou para conversar com os representantes dos bancos multilaterais como o Bird e o Banco Internacional de Desenvolvimento.

Contudo, é provável que, chegando ao Brasil na próxima semana, os técnicos do Banco Mundial já encontrem assessores do embaixador Álvaro Alencar, chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, prontos para o diálogo.

O Banco Mundial, à proporção que aumenta o volume de empréstimos ao Brasil, elevando, portanto, seu risco, exige, cada vez mais, uma participação maior no acompanhamento da estratégia econômica seguida pelo País. Não se trata de um monitoramento nos moldes do exercido pelo FMI mas o Bird deseja saber se o país devedor está seguindo políticas consistentes capazes de assegurar viabilidade econômica aos recursos comprometidos.